

SILVA, T. E. da. Ação cultural e biblioteca pública: algumas questões. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 16., 1991, Salvador. **Anais...** Salvador: Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado da Bahia, 1991.

AÇÃO CULTURAL E BIBLIOTECA PÚBLICA: ALGUMAS QUESTÕES

TEREZINHA ELISABETH DA SILVA

Bibliotecária e aluna do Curso de Mestrado em Biblioteconomia da UFPB

RESUMO

A ação cultural pressupõe a noção de cultura como processo. Este ensaio faz a distinção conceitual entre animação cultural e ação cultural. O bibliotecário agente cultural e seu preparo para o desempenho da função. Analisa alguns obstáculos inerentes ao exercício da ação cultural pela biblioteca pública. Apresenta considerações acerca da ação cultural enquanto trabalho dinâmico, seu alcance e resultados.

INTRODUÇÃO

Inicialmente este trabalho pretendia ser um relatório do trabalho desenvolvido no período de 1984 a 1988 pela Biblioteca Pública Municipal de Uberlândia (MG), mostrando suas estratégias de atuação na tentativa de exercício da ação cultural. A redação, no entanto, encaminhou-se para a forma de ensaio, cuja proposta é repensar alguns aspectos que perpassaram aquela prática.

A troca continuada de experiências entre os agentes é necessária, o que nem sempre se viabiliza através de relatos escritos que tendem a simplificar questões de natureza complexa. Além do mais, uma das ideias que conduz este ensaio é que para o exercício da ação cultural não existem regras ou receitas. Cada caso apresenta peculiaridades que só são descobertas à medida que a prática vai sendo construída.

Qualquer intenção de esgotar o tema em poucas páginas seria inútil, pois o debate sobre a ação cultural em bibliotecas públicas já atingiu grandes proporções, assim, optei por pinçar determinadas questões de importância que emergiram com a atuação naquela Biblioteca em Uberlândia, e enriquecê-las com uma reflexão à luz do pensamento de alguns autores.

ANIMAÇÃO CULTURAL/AÇÃO CULTURAL

Os termos **animação cultural** e **ação cultural** circulam no meio bibliotecário até à exaustão, e antes de qualquer outra consideração, é necessário distinguí-los, não apenas por questões técnicas, mas porque implicam em práticas diferentes.

Animação Cultural remete à ideia de implementação de atividades e eventos para atrair o público e chamar-lhe a atenção para a biblioteca. Pode funcionar como um “marketing”, uma isca, cujo objetivo é fazer com que o livro desencaixe da prateleira. Outra função seria a de “arejar” a biblioteca, abrir portas e janelas – o que muitas vezes precisa literalmente ser feito – e conferir-lhe um ar mais gracioso, deixando que as vozes circulem naquele espaço de silêncio secular.

Nesta perspectiva, o bibliotecário animador cultural seria um programador de atividades – exposições, cursos, “shows” – um administrador de cultura, o que em si não é negativo, porém esta prática não se caracteriza como sendo ação cultural.

A **ação cultural** na maioria das vezes inclui uma animação cultural, até como veículo de divulgação. Mas a ação cultural não se limita a mostrar os bens culturais, ela possibilita a participação das pessoas na produção destes bens, facilitando a aglomeração de indivíduos e grupos que se apropriam dos espaços e equipamentos da biblioteca. Assim, o que ela faz é tentar criar oportunidades para que o mero fruidor, o espectador, possa também elaborar sua produção.

Está claro que ação cultural não significa nem o espontaneísmo, o *laissez-faire*, e nem o dirigismo, que tem a pretensão de dar à coletividade a cultura que se imagina que ela necessita. No primeiro caso deixa-se que as leis do mercado regulem o fazer cultural de forma bastante “democrática”, já que se pressupõe oportunidades iguais; no segundo, os mecanismos externos – não raro paternalistas – visam “dar consciência aos alienados”.

Ainda que pareça utópico, e realmente o é, a ação cultural procura não agir nesses dois extremos. Ela interfere provocando o processo de produção, estratégia que pode ter seu início determinado, mas jamais seu final previsto. Ela é uma interferência – assumida – que se move rumo à utopia.

Sendo uma interferência, não existe neutralidade, pois a biblioteca faz opção por determinado segmento de seu público. Rejeita-se a ideia da biblioteca como “espaço democrático”, retórica puramente hipócrita que só serviu para elevar seu descomprometimento com o social e conferir-lhe um caráter asséptico. Mesmo a técnica, que alguns defendiam como sendo neutra não o é, assim é possível exercer a ação

cultural por meio de atividades meramente técnicas, fazendo por exemplo, com que os instrumentos se descomplem de forma a tornar o acervo da biblioteca acessível às pessoas.

A ação cultural elege a noção de cultura como processo, ciclo de vida. No seu belo ensaio intitulado “Cultura como tradição”, Alfredo Bosi (1987) distingue **cultura como processo**, “o fruto de um trabalho”, de **cultura inerte**, como algo que se possui ou não. Neste caso, quem tem exhibe para quem não tem, sem que com isto se possa operar alguma coisa, ou transformar uma dada situação, porque a cultura é vista como um produto acabado.

O BIBLIOTECÁRIO AGENTE CULTURAL

Qual seria o papel do bibliotecário nesse contexto?

O elemento que trabalha a **cultura como processo**, que se caracteriza como sendo o aglutinador de interesses e desejos é o **agente cultural**.

É relevante destacar que a biblioteca pública é a instituição cultural que existe em maior número no Brasil, embora ela não tenha tomado para si a função de agência cultural. Apesar disto, e mesmo antes de toda a discussão sobre ação cultural, o bibliotecário de uma biblioteca pública sempre esteve numa posição que lhe favorecia ser agente cultural, ainda que ele não tenha assumido este papel. Esta vantagem é observada por Teixeira Coelho (1987, p.113), que acrescenta: “Cabe ao bibliotecário exercer a ação cultural – senão por natureza, pelo menos por circunstância.”

Contudo, o posto de bibliotecário de biblioteca pública é uma vantagem que por si só não resolve a questão. Cabe verificar o preparo do profissional para enfrentar o exercício da ação cultural. Estaria ele pronto para isto?

Pode-se afirmar que enquanto preparo acadêmico, formação profissional, ainda não. A ação cultural não admite receitas – o aprendizado dá-se principalmente pela prática – o que de forma alguma exclui ou invalida a necessidade de uma base teórica nos cursos de graduação, uma especialização em nível de pós-graduação, e o acompanhamento da prática através de reflexões sistemáticas. Não vem ao caso alimentar a dicotomia teoria “versus” prática, antes, é preciso que o bibliotecário faça seu trânsito nestas duas instâncias, construindo as pontes que atravessará.

A eclosão de debates e o exercício da ação cultural têm sido muito positivos no sentido de mostrar ao bibliotecário seu isolamento e despreparo para o relacionamento com o público e com todas as questões complexas que a prática traz à tona. A dessacralização do espaço da biblioteca vem exigindo a superação da “postura de repartição pública” (MILANESI, 1990, p.1986), e tem mostrado a necessidade de uma formação acadêmica voltada para a ação cultural e quando isto não é possível, até de uma auto-formação do bibliotecário para esta vertente.

ALGUNS OBSTÁCULOS

A biblioteca pública, esteja em que nível estiver na hierarquia de governo, não é uma entidade solta naquela estrutura. A ação cultural pode ser iniciada pelo relacionamento da biblioteca com as demais unidades do órgão maior – Secretaria ou Departamento de Cultura – e quando existe a proposta de elaboração de uma política de ação cultural, ela deve se fazer presente. Nós bibliotecários, como vimos, não somos muito preparados para o relacionamento com outras áreas, mas é fundamental rompermos com esta timidez histórica e garantirmos lugar no processo.

A ação cultural é dialética e dialógica, repleta de confrontos. Não fomos educados para o diálogo, carregamos traços profundos de autoritarismo e paternalismo, e mesmo quando propomos uma prática democrática, não raro “escorregamos”, revelando nosso despotismo.

Não obstante, a tentativa de exercício da ação cultural esbarra nos limites impostos pelos órgãos superiores que definem suas diretrizes a partir de programas político-partidários na sua maioria restritivos.

Outro jogo conflitivo é o caráter inconciliável da relação cultura e burocracia, relação vivida de forma explícita por indivíduos que atuam em instituições governamentais. Cultura é a liberdade lutando contra a burocracia, que é a rigidez. A ação cultural da biblioteca pública fatalmente encontra as fronteiras cristalizadas da burocracia.

Entretanto, não existem regras facilitadoras, só a vivência da prática é que mostra os caminhos possíveis. Eles são muitos e não têm atalhos pois as etapas não podem ser queimadas.

Centenas de obstáculos muito conhecidos poderiam ser lembrados. Enumerá-los é cair no vício de fazer de todo o encontro de bibliotecários um verdadeiro muro de lamentações, o que reclama por superação. Não que seja possível ignorar os entraves, é necessário continuar denunciando os problemas da biblioteca pública, mas que eles não sirvam de argumento para a estagnação. Avançar é fundamental. E é dentro da instituição que é possível realizar alguma coisa, pois quando nos recusamos a atuar dentro da esfera estatal, prestamos um grande favor aos detentores do poder (KONDER, 1987, p.14).

A ação cultural é incomodativa e para bibliotecários não acomodados, muitos não sobrevivem. O trabalho é um desafio, o salário, na maioria das vezes, não é compensador, ocorre que não existem cargos bem remunerados em todas as bibliotecas do país, logo, sempre existirão muitos bibliotecários atuando em bibliotecas públicas. Para esses bibliotecários existem duas possibilidades, ou eles exercitam propostas inovadoras, ou continuam vigiando o silêncio, e neste caso, no final de suas carreiras terão a sensação de que perderam o bonde da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira consideração é que não existe final.

A raiz da palavra cultura é latina, significando o trabalho com a terra (colo = solo), “um trabalho de conquista”, que está sempre por ser feito, uma dinâmica, um ciclo (BOSI, 1987, p.39). Enquanto processo, ação cultural é o fazer que admite o desfazer. É verdade que somos muito imediatistas, ansiamos por soluções rápidas, globais, revolucionárias, visíveis e até definitivas, mas o desfazer não invalida algo que se propõe processual.

Outra consideração importante é que não se sabe realmente onde a ação cultural vai dar. O alcance é imprevisível e os resultados talvez só sejam sentidos dentro de alguns anos, quiçá, décadas.

Guimarães Rosa diz que se quisermos atravessar um rio a nado, de certo podemos, mas vamos sair – na outra margem – num ponto muito embaixo do que antes pensamos. Viver é muito perigoso, adverte Riobaldo. Somente através da vivência é que podemos encarar ou tropeçar nos perigos, ou seja, é a tentativa que mostra as possibilidades e o caminho da ação cultural.

Finalizando, por mais pessimista que seja o diagnóstico da biblioteca pública no Brasil, vêm se multiplicando práticas novas que rompem com antigos modelos, e tem início um caminhar – ainda lento – que se move quase que exclusivamente pela criatividade e interesse de certos indivíduos.

Algumas bibliotecas públicas estão enfrentando o perigo de atravessar o rio.

ABSTRACT

The cultural action assumes the idea of culture as a process. This paper distinguishes cultural animation from cultural action. The librarian as cultural agent and his/her preparation for the development of that role. Analyses some obstacles inherent to cultural action exercise at public libraries. Consideration concerning cultural action as a dynamic work, its reaches and results.

BIBLIOGRAFIA

1. BOSI, Alfredo. Cultura como tradição. In: BORNHEIM, Gerd A. et al. **Cultura brasileira: tradição/contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Funarte, 1987. 152p.
2. COELHO, Teixeira. Entrevista. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v.20, n. 1/4, p.105-127, jan./dez. 1987.
3. _____. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 94p.
4. KONDER, Leandro. O estado e os problemas da política cultural no Brasil de hoje. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.22, p.11-17, 1987.
5. MILANESI, Luís. **Centro de cultura: forma e função**. São Paulo; Hucitec, 1990. 91p.